



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2019

Data: 29.09.2019

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 2 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa**.
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **50%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações**.
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações**.
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal**.
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite**.
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a)**.
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **30.09.2019, a partir das 18:00h**, através do site www.mpf.mp.br/pb, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA OBJETIVA

1) Determinado município paraibano aprovou projeto de lei que proíbe terminantemente o ensino da ideologia de gênero, inclusive, nas turmas do ensino médio da rede municipal de educação. Uma representação foi realizada na Sala de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal, na Procuradoria da República na Paraíba. Diante disso, qual medida poderá ser adotada pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão:

a) Encaminhamento da Notícia de Fato à Procuradoria-Geral da República para que seja ajuizado mandado de segurança em face do prefeito, pois sempre que for sancionada norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, este é remédio cabível.

b) Encaminhamento da Notícia de Fato à Procuradoria-Geral da República para que seja ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, que será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Sendo esta ação cabível, também, quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

c) Encaminhamento da Notícia de Fato à Procuradoria-Geral da República para que seja ajuizada ação declaratória de inconstitucionalidade, que será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto declarar que a lei promulgada pelo município paraibano é contrária à Constituição Federal.

d) Encaminhamento da Notícia de Fato à Procuradoria-Geral da República para que seja ajuizada ação declaratória de constitucionalidade, que será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto declarar que a lei promulgada pelo município paraibano está de acordo com a Constituição Federal.

2) Assinale a alternativa incorreta.

a) É função institucional do Ministério Público, privativamente, a promoção de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

b) São funções institucionais do Ministério Público: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar.

c) São funções institucionais do Ministério Público: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito

policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei.

d) É função institucional do Ministério Público a promoção de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

3) Acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

a) São expressão do poder constituinte derivado decorrente as várias reformas já sofridas pela Constituição Federal, por meio de emendas constitucionais.

b) Consiste o neoconstitucionalismo na promoção da força normativa da constituição, o que acarreta uma diminuição da atividade judicial do Ministério Público, vez que a atuação ministerial resta vinculada aos dispositivos constitucionais.

c) O neoconstitucionalismo afasta os usos e costumes como fontes do direito.

d) A derrotabilidade de uma norma constitucional ocorre quando uma norma jurídica deixa de ser aplicada em determinado caso concreto, permanecendo, contudo, no ordenamento jurídico para regular outras relações jurídicas.

4) De acordo com os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

a) A lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

b) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

c) A manifestação do pensamento é livre, sendo garantido o direito ao anonimato.

d) Dada a possibilidade de marchas, não se afigura constitucional a limitação espacial do direito de reunião.

5) Assinale a alternativa incorreta.

a) Pela interpretação sistemática da Constituição Federal, os serviços de assistência à saúde, financiados pelo SUS, deverão ser prestados diretamente pelo Poder Público, podendo este, excepcionalmente, e de forma complementar, apenas, contar com a ajuda da iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

b) O direito à saúde, constitui direito fundamental, direito individual indisponível, que legitima o Ministério Público para a propositura de ação em defesa desse direito por meio da ação civil pública, que lhe permite invocar a tutela jurisdicional do Estado com o objetivo de fazer com que os Poderes Públicos respeitem, em favor da coletividade, os serviços de relevância pública.

c) O Ministério Público poderá entrar com as medidas judiciais pertinentes para garantir que o direito fundamental daquele que se vir prejudicado em seu direito do mínimo existencial seja garantido, mesmo que haja uma possível colisão com o princípio da reserva do possível.

d) O art. 196 da Constituição, que trata do direito à saúde, traz norma de caráter programático pertinente à realização de políticas públicas. Traça para o futuro um programa ao legislador, um programa de Governo, passível de ser ou não cumprido, cuja efetividade dependeria de uma instrumentalização infraconstitucional.

6) No tocante à atuação do Ministério Público e à classificação do interesse público primário e secundário, é correto afirmar que

a) o interesse público tutelado pelo Ministério Público é secundário, compreendido como o interesse da coletividade.

b) quando o Ministério Público tutela o interesse público primário, este necessariamente tem que ter como finalidade atingir interesse público secundário.

c) a defesa do interesse público primário pelo Ministério Público decorre do fato de que o Estado também é uma pessoa jurídica que pode ter interesses próprios, particulares, de cunho patrimonial.

d) o interesse público primário, defendido pelo Ministério Público, é verdadeiro interesse da Administração Pública, pois este alcança o interesse da coletividade, possuindo supremacia sobre o interesse particular.

7) Assinale a alternativa correta com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública:

a) O princípio que limita o dever de isonomia da Administração Pública é o da impessoalidade.

b) O princípio que alcança exclusivamente os serviços prestados diretamente à coletividade e impõe que tais serviços sejam prestados com qualidade e celeridade é o da eficiência.

c) O princípio que impõe a Administração Pública o dever de divulgar informações de interesse público, sendo o sigilo dos atos administrativos admitido apenas excepcionalmente se imprescindível à segurança da sociedade e do Estado é o da publicidade.

d) Conforme o caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, motivação, publicidade e eficiência.

8) A Caixa Econômica Federal, após contratar a Construtora Pau Para Toda Obra LTDA, nos termos da Lei n.º 13.303/2016, para a construção de uma agência na cidade de João Pessoa, verificou a necessidade de acrescentar serviços e,

consequentemente, propôs aumentar o valor do contrato em 20% do inicialmente pactuado. Acerca do que dispõem a Lei n. 8.666/1993 e a Lei n.º 13.303/2016, marque a alternativa correta:

- a) A contratada tem o direito de recusar o aditivo contratual, porque inexistente obrigação legal para o aceite.
- b) A contratada é obrigada a aceitar o aditivo contratual, porque os acréscimos de valores propostos estão dentro dos limites legais.
- c) A contratada é obrigada a aceitar o aditivo contratual, desde que a contratante concorde em rever os valores iniciais pactuados.
- d) A contratante não pode propor o aditivo contratual, porque este supera o limite de acréscimo de valores permitido por lei.

9) Acerca dos atos administrativos marque a alternativa incorreta.

- a) Não é necessária a enunciação dos motivos de fato pelo administrador quando se tratar de exoneração de cargos de livre nomeação.
- b) Sendo caso de exoneração *ad nutum*, o administrador não necessita motivar o ato para que este seja válido. Todavia, se declarar o motivo, o fato passará a ser determinante para a configuração da licitude.
- c) São atos administrativos somente os atos produzidos pelos poderes do Estado.
- d) A teoria dos motivos determinantes significa a vinculação da validade do ato administrativo à situação de fato externada pelo administrador público como fundamento da emanção de vontade à prática do ato administrativo.

10) No tocante à responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas, o STJ entende que é:

- a) Objetiva, bastando que sejam comprovadas a existência do dano, efetivo ou presumido, e a existência de nexo causal entre conduta e dano.
- b) Objetiva, bastando a comprovação da culpa in vigilando e do dano efetivo.
- c) Subjetiva, sendo necessário comprovar negligência na atuação estatal, o dano causado e o nexo causal entre ambos.
- d) Subjetiva, sendo necessário comprovar a existência de dolo e dano, mas sendo dispensada a verificação da existência de nexo causal entre ambos.

11) O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face João Pedro, ex-prefeito de Metrópolis, após o trânsito em julgado favorável da ação iniciou-se a fase de cumprimento de sentença, nesta fase:

- a) caso não haja o ressarcimento do dano ao erário é possível que o Ministério Público requeira e sejam deferidas pelo tribunal medidas atípicas afliativas pessoais, tais como a suspensão do passaporte e da licença para dirigir do condenado.

- b) uma vez impugnada a execução, não poderá ocorrer a prática de atos de expropriação em face de João Pedro, mesmo que garantido o juízo, devendo ser obrigatoriamente suspenso o processo até o julgamento da impugnação.
- c) em impugnação, é dispensada a indicação do valor que João Pedro entende correto, bem como a apresentação, por ele, do demonstrativo do cálculo deste valor, se o excesso de execução for seu único fundamento.
- d) é inexigível a obrigação reconhecida no título executivo judicial, se esta foi fundada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo STF, ou fundada em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tido pelo STF como incompatível com a CF, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

12) Quanto ao prazo processual do Ministério Público, este será contado:

- a) Em dobro, em qualquer situação, a partir de sua intimação pessoal.
- b) De forma singular, em igualdade com as partes, a partir de sua intimação pessoal.
- c) Em quádruplo para apresentação de contestação, a partir de sua citação pessoal.
- d) De forma singular quando houver disposição normativa expressa.

13) Marque a alternativa correta.

- a) A decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.
- b) A decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.
- c) O juiz resolverá o mérito quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- d) É vedado ao juiz tomar em consideração, de ofício ou a requerimento, no momento de proferir a decisão, fato modificativo do direito, ocorrido após a propositura da ação.

14) Marque a alternativa correta.

- a) Malgrado haja decisão judicial ou disposição legal em contrário, os recursos não impedem a eficácia da decisão.
- b) Segundo o STJ, o termo inicial da contagem do prazo recursal para o Ministério Público impugnar decisão judicial inicia-se na data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão.
- c) Desde que ocorra até o momento da intimação para apresentação de resposta ao recurso, a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d) Determinada pessoa interpôs para o STJ agravo em recurso especial contra decisão que, na origem, inadmitiu recurso especial com base em entendimento firmado em recursos repetitivos. Nessa situação, o STJ entende que deve ser aplicado o princípio da fungibilidade e deve ser determinada a remessa do agravo ao tribunal a quo, convertendo-se o recurso de agravo em recurso especial no recurso de agravo interno.

15) Marque a alternativa correta.

- a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- b) São legitimados ativos para impetrar o mandado de segurança coletivo os partidos políticos que tenham o registro deferido no Tribunal Superior Eleitoral, organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que estejam legalmente constituídos e pleiteiem a defesa de seus membros ou associados.
- c) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo regimental para o órgão competente do tribunal que integre.
- d) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo de 120 dias para sua propositura do Mandado de Segurança.

16) A fixação da pena será estabelecida em patamar necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Atendendo ao critério trifásico da aplicação da pena, na primeira fase, para a fixação de pena base, o juiz deverá levar em consideração as seguintes circunstâncias judiciais, exceto:

- a) Conduta social e personalidade do agente;
- b) Circunstâncias e conseqüências do crime;
- c) A culpabilidade e os antecedentes do agente;
- d) A reincidência do agente.

17) Para os crimes materiais, os elementos do fato típico são (i) conduta, (ii) resultado, (iii) nexo de causalidade e (iv) tipicidade. No que concerne à relação de causalidade, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta:

I - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.

II - Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

III - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.

IV - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Apenas a I é verdadeira.
- c) Apenas a III é falsa.
- d) Só são verdadeiras a II e IV.

18) Considerando a classificação dos crimes, segundo o Código Penal e a doutrina majoritária, marque a opção incorreta:

- a) O crime está consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- b) Há tentativa de crime quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Diz-se crime impossível quando a conduta do agente não for punível sequer por tentativa, quando, por ineficácia relativa do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- d) Configura-se o crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

19) Considerando a Lei nº. 9.613/98, que dispõe sobre o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, dinheiros e valores, e o posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal. Julgue as alternativas assinalando a inadequada:

- a) O crime de “lavagem” será de competência da Justiça Federal quando a infração penal antecedente também o for.
- b) O processo e julgamento desses crimes independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ressalvada a hipótese de prescrição.
- c) O delito de “lavagem de dinheiro”, quando praticado na modalidade de ocultação, tem natureza de crime permanente.
- d) Se o crime de “lavagem de dinheiro” for cometido por intermédio de organização criminosa, a pena será aumentada de um a dois terços.

20) Acerca dos crimes contra a ordem tributária, considerando a legislação aplicável e a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, selecione a alternativa incorreta:

- a) Além dos crimes tributários previstos na Lei nº. 8.137/90, existem também crimes daquela natureza no Código Penal.
- b) O contribuinte que prestar declaração falsa às autoridades fazendárias e, por conta disso, reduzir o valor do tributo a ser pago cometerá crime contra ordem tributária.
- c) Por ser crime material, exigindo o resultado da sonegação fiscal, a pessoa jurídica beneficiária poderá ser sujeito ativo do crime.
- d) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº. 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

21) Considerando os crimes que podem ser cometidos contra a Administração Pública ao longo do Código Penal, examine os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I – Ao estelionato praticado em detrimento de entidades de direito público, deve incidir majoração na pena.

II – O servidor público que exigir para si, em razão da função pública, vantagem indevida comete o crime de corrupção.

III – O servidor público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, pratica o crime de prevaricação.

- a) Estão certos os itens I e II.
- b) Estão certas as assertivas II e III.
- c) Estão certas as alternativas I e III.
- d) Todos os itens estão certos.

22) Para assegurar as garantias da ampla defesa, é fundamental que o processo penal seja hígido. Acerca das nulidades processuais penais, considerando as disposições normativas e entendimentos dos tribunais superiores, assinale a opção incorreta:

- a) A ausência de exame de corpo de delito se suprime por prova testemunhal, quando houver desaparecido os vestígios.
- b) As nulidades surgidas no curso da investigação preliminar atingem a ação penal dela decorrente.
- c) A ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública ou do defensor dativo sobre os atos do processo gera, via de regra, a sua nulidade.
- d) A decretação da nulidade de ato processual requer prova inequívoca do prejuízo suportado pela parte, em face do princípio *pas de nullité sans grief*.

23) Considerando as garantias do processo penal, julgue os itens a seguir, marcando a alternativa correta:

I – Pelo direito a não autoincriminação, o acusado pode silenciar, mentir em audiência e negar produzir prova contra si.

II – A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

III – Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito.

- a) Todas estão corretas.
- b) Estão corretas só a alternativa I e II
- c) Estão corretas só a alternativa I e III
- d) Estão corretas só a alternativa II e III

24) Sobre às garantias processuais penais direcionadas a mulheres, marque a assertiva incorreta:

- a) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- b) Deve garantir-se estabelecimento penal distinto dos destinados aos homens.
- c) A mulheres gestantes, poderá a prisão preventiva ser substituída pela prisão domiciliar.
- d) a prisão preventiva imposta à mulher que for mãe ou responsável por crianças deverá ser substituída por prisão domiciliar, mesmo que tenha cometido crime com violência ou grave ameaça contra pessoa.

25) O meio ambiente tem destaque na Constituição Federal, não apenas em seu capítulo específico, mas ao longo de todo o seu texto. Acerca das disposições constitucionais sobre o meio ambiente contidas ao longo do texto constitucional, assinale o enunciado incorreto:

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre direito ambiental.
- c) Dentre suas funções institucionais, o Ministério Público pode promover o inquérito civil para a proteção do meio ambiente.
- d) A defesa do meio ambiente é princípio da ordem econômica.

26) Sobre a responsabilidade ambiental e sua interpretação pelo Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmações abaixo e assinale a opção correta:

I – Em matéria de proteção ambiental, há responsabilidade civil do Estado quando a omissão de cumprimento adequado do seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou o agravamento do dano causado.

II – A obrigação de recuperar a degradação ambiental é do titular da propriedade do imóvel, mesmo que não tenha contribuído para a deflagração do dano, tendo em conta sua natureza *propter rem*.

III – Os responsáveis pela degradação ambiental são coobrigados solidários, formando-se, em regra, nas ações civis públicas ou coletivas litisconsórcio facultativo.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas os enunciados II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e III estão corretos.

27) A Lei nº. 9.605/1998, que as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, prevê critérios específicos para a imposição e gradação da pena, que devem ser observados pela autoridade

competente. Acerca desses critérios, marque a opção que não é critério para a fixação das penalidades ambientais.

- a) A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.
- b) Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental.
- c) A situação econômica do infrator, no caso de multa.
- d) O percentual de reserva legal preservado na propriedade.

28) Considerando a disciplina dada pela Constituição Federal ao direito eleitoral, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral.
- b) É vedada a edição de medidas provisórias sobre direito eleitoral, condicionada ao limite temporal de um ano antes do pleito.
- c) O Ministério Público Eleitoral é ramo do Ministério Público da União.
- d) Em caso de condenação criminal transitada em julgado, dar-se-á a cassação dos direitos políticos.

29) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Para participar ativamente dos direitos políticos, o cidadão que pretende ser candidato deverá preencher os requisitos de elegibilidade. É condição de elegibilidade:

- a) idade mínima de trinta e cinco anos para governador.
- b) Ter nascido em território nacional.
- c) domicílio eleitoral na circunscrição.
- d) Saber expressar-se na língua nacional.

30) Sobre os direitos políticos, assinale a opção incorreta:

- a) Além das causas de inelegibilidade previstas na Constituição, lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os indígenas.
- c) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- d) Para concorrerem a outros cargos, os chefes do Poder Executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

PROVA SUBJETIVA

“O Ministério Público não serve a governos, a pessoas, a grupos ideológicos, não se subordina a partidos políticos, não se curva à onipotência do poder ou aos desejos daqueles que o exercem.”

Celso de Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal, 12/09/2019

1ª QUESTÃO (3,2 pontos):

Disserte sobre a proteção jurídica ao meio ambiente: desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio natural. Diretrizes constitucionais para tutela do meio ambiente. Papel do Ministério Público e instrumentos de atuação.

2º QUESTÃO (1,0 ponto):

O desenvolvimento tecnológico abriu novas veredas para a manifestação do pensamento, a difusão da informação e o debate público de ideias, inclusive criando novos espaços de convivência social e dinamizando a atividade da imprensa. Também ensejou novas possibilidades para o mau uso dos recursos tecnológicos de comunicação e para a prática de ilícitos. Nesse contexto, redija um breve texto concatenado que aborde os seguintes pontos: a) Contornos constitucionais da liberdade de imprensa: requisitos para o exercício profissional do jornalismo, inclusive por meio de sites e blogs; b) Sigilo da fonte e eventual responsabilidade do jornalista por divulgação de informações colhidas ilicitamente; c) Liberdade de expressão e discurso do ódio pelas redes sociais: conceito constitucional de racismo; d) Competência da Justiça Federal para julgar crimes praticados pela internet.

3ª QUESTÃO (1,0 ponto):

O juízo federal competente recebeu denúncia do Ministério Público Federal pelo crime de corrupção passiva e contra sistema financeiro, fundada em investigação promovida pela Polícia Civil com base em dados de movimentações financeiras atípicas retratadas em informe do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. O denunciado ingressou então, por intermédio de advogado, com recurso em sentido estrito em face da decisão de recebimento da denúncia, alegando que deveria ela ter sido rejeitada pois a) baseou-se em investigação que deveria ter sido feita pela Polícia Federal e não pela Civil; b) apenas mediante decisão judicial poderia o Ministério Público ter acesso a dados de movimentação financeira do investigado; c) viola a coisa julgada, pois já respondera a ação civil de improbidade administrativa pelos mesmos fatos, a qual fora julgada improcedente por insuficiência de provas (na época não haviam sido produzidas os documentos fiscais e financeiros apresentados na ação penal); d) Arremata alegando que não deveria sequer responder a ação penal

que está amparada em prova nula, não cabendo aguardar até a prolação de sentença, mas sim o trancamento da ação penal desde logo, para evitar constrangimento ilegal. Analise a solução cabível para o caso, considerando o aspecto material e instrumental.

Apresente a argumentação que caberia ao MPF utilizar em relação às aludidas teses (as respostas devem ser resumidas e formuladas em tópicos – “a”, “b”, “c”, “d”, conforme enunciado acima)



